

LISENCEFALIA: ASPECTOS CLÍNICOS, ÉTICOS E LEGAIS ODS (3)

Kadygya Valentina dos Reis de Alcântara (Universidade de Taubaté)
Kymberly Vitória dos Reis de Alcântara (Universidade de Taubaté)

A lisencefalia é uma malformação cortical rara caracterizada pela ausência ou redução dos giros cerebrais, comprometendo o desenvolvimento neurológico. Essa condição resulta de alterações na migração neuronal durante a embriogênese. O diagnóstico precoce e a abordagem interdisciplinar são essenciais. No Brasil, a assistência deve considerar legislações de saúde vigentes e orientações éticas do Conselho Federal de Medicina, visando cuidado integral e humanizado. Esta pesquisa tem como objetivo discutir os principais aspectos clínicos, diagnósticos e terapêuticos da lisencefalia, associando-os às diretrizes brasileiras e às normas éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina. Busca-se integrar o conhecimento científico às recomendações legais, enfatizando o direito à saúde, a autonomia familiar e a conduta profissional responsável, promovendo qualidade no atendimento a pacientes com essa malformação neurológica rara. Realizou-se revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional, considerando publicações entre 2000 e 2025, além de documentos oficiais do Conselho Federal de Medicina e legislações brasileiras sobre direitos da criança, saúde e ética médica. A análise priorizou aspectos clínicos, diagnósticos e legais relacionados à lisencefalia, destacando orientações que sustentam condutas profissionais e políticas públicas para assistência integral. A lisencefalia manifesta-se com atraso neuropsicomotor, epilepsia de difícil controle e déficit cognitivo grave. O diagnóstico pode ser realizado por exames de neuroimagem, como ressonância magnética, aliado à avaliação genética. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura atendimento integral e contínuo a crianças com condições raras. O Conselho Federal de Medicina orienta a prática médica fundamentada na beneficência, autonomia familiar e respeito à dignidade do paciente. A atuação multiprofissional é fundamental, contemplando pediatria, neurologia, genética, fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia. O acompanhamento deve incluir suporte clínico, terapias de reabilitação e cuidados paliativos, quando necessários, garantindo bem-estar. A legislação brasileira reforça a obrigatoriedade de acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS) e tratamentos baseados em evidências científicas e éticas. A lisencefalia constitui desafio clínico e social que demanda abordagem humanizada, legalmente respaldada e eticamente fundamentada. No Brasil, a legislação vigente e as resoluções do Conselho Federal de Medicina reforçam a importância do cuidado multiprofissional, da transparência na relação médico-família e do respeito à dignidade da criança. É essencial garantir diagnóstico precoce, acompanhamento contínuo e políticas públicas que ampliem o acesso ao tratamento. Dessa forma, a articulação entre ciência, ética e legislação favorece práticas médicas responsáveis, assegura direitos fundamentais e fortalece o cuidado integral a pacientes com lisencefalia, minimizando impactos individuais e familiares.

Palavras-chave: Lisencefalia; Conselho Federal de Medicina; Ética Médica.